

ROURE, AGENOR DE

*jornalista; secr. Pres. Rep. 1919-1922; min. TCU 1922-1934; min. Faz. 1930.

Agenor Lafayette de Roure nasceu em Nova Friburgo (RJ) no dia 28 de fevereiro de 1870, filho de Ernesto de Roure, fazendeiro, e de Angelina de Roure, ambos suíços.

Concluídos os preparatórios, foi para o Rio de Janeiro, onde se formou em odontologia. Não chegou, porém, a exercer a profissão: dedicou-se ao jornalismo, no qual se iniciou com pouco mais de 20 anos como revisor do *Jornal do Brasil*, onde se tornaria depois redator e secretário.

Foi redator da *Gazeta de Notícias* de 1892 a 1893, ano em que foi nomeado redator de debates do Senado Federal. Transferido para a Câmara dos Deputados em 1894, ali galgou todos os postos, até chegar a oficial de ata, secretário do presidente e chefe da secretaria. Ainda em 1894, secretariou *A Notícia*. Foi cronista parlamentar de *O País* em 1895 e, a partir de 1898, foi redator-secretário da *Tribuna*, onde permaneceu durante quatro anos. Em 1904 começou a trabalhar como redator parlamentar no *Jornal do Comércio*, onde permaneceria até 1919. Em 1917, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual viria a ser, mais tarde (1924), sócio honorário.

Em agosto de 1919, por indicação de Tobias Monteiro, foi convidado para secretário da Presidência da República por Eptácio Pessoa. Na ocasião, exercia o cargo de chefe da secretaria da Câmara. Durante três anos e meio, cooperou assiduamente com o chefe do governo. Na biografia de Eptácio feita por sua filha Laurita Pessoa Raja Gabaglia, Roure foi definido como “o intermediário quase obrigatório entre o presidente e a legião dos cidadãos que a este recorrem por escrito ou pessoalmente”. A imprensa carioca da época, por sua vez, criticou sua modéstia pessoal, afirmando ter ele um ar “de quem pede desculpas de ser o secretário da presidência”.

Em 6 de novembro de 1922, foi nomeado por Eptácio Pessoa, que então deixava o governo, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). De 25 de outubro a 4 de novembro de 1930, respondeu interinamente pelo Ministério da Fazenda da junta governativa que assumiu o poder após a deposição de Washington Luís (1926-1930). Por não se considerar político, não aceitou continuar no cargo, nele permanecendo somente até a nomeação de José Maria Whitaker. Em 1931, foi membro da Comissão de Estudos

Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Também nesse ano assumiu a presidência do TCU, até 1933. De novembro de 1932 a maio de 1933, participou da Comissão Constitucional presidida por Afrânio de Melo Franco e incumbida da elaboração do anteprojeto de Constituição que seria apreciado pela Assembleia Nacional Constituinte reunida em 1933-1934. Aposentado como ministro do TCU, por motivo de doença, em outubro de 1934, fixou residência em Petrópolis, onde veio a falecer em 17 de março de 1935.

Foi casado com Antônia Gurgel do Amaral.

Publicou ensaios na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, conferências e o verbete “História econômica e financeira”, no *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*. Escreveu também: *Concurso literário* (contos, 1894), *Formação constitucional do Brasil* (1914), *Formação do direito orçamentário brasileiro* (1916), *A Constituinte republicana* (2v, 1918-1920), *Epitácio Pessoa no juízo de seus contemporâneos* (1925) e *Orçamento: comentários ao Código de Contabilidade* (1926).

Sônia Dias

FONTES: CONSULT. MAGALHÃES, B.; GABAGLIA, L. *Epitácio*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Comércio*, Rio; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*. .